



Documento de Área

Área 23 – Zootecnia/Recursos Pesqueiros

Coordenador da Área: Clóves Cabreira Jobim
Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Sila Carneiro da Silva
Coordenador Adjunto de Programas Profissionais: Marcos Inácio Marcondes

Sumário

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA	2
II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017	8
III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016	9
IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL	24
V. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO	26

DOCUMENTO DE ÁREA 2016

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

A área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros conta, no ano de 2016, com 71 programas de pós-graduação, sendo 58 em Zootecnia e 13 em Recursos Pesqueiros (Tabela 1). A distribuição regional mostra maior concentração de programas nas regiões Sudeste (31,0%) e Nordeste (29,6%), enquanto nas regiões Centro-Oeste (11,3%) e Norte (9,9%) há menor concentração. A região Sul com 18,3% dos programas está em posição intermediária.

Tabela 1– Distribuição dos programas em Zootecnia e Recursos Pesqueiros por região geográfica do país

Região	Programa/Curso		Total
	Zootecnia	Recursos Pesqueiros	
Sul	9	4	13
Sudeste	20	2	22
Centro-oeste	8	---	8
Nordeste	18	3	21
Norte	3	4	7
Total	58	13	71

No entanto, esse cenário não representa assimetrias relevantes, uma vez que os dados relativos à distribuição populacional e de alunos matriculados em cursos superiores (universitários) por região (Tabela 2) indicam relativo equilíbrio entre a oferta de programas de pós-graduação e população de universitários nas diferentes regiões do país (relação habitantes e/ou universitários por programa).

Tabela 2– Distribuição geográfica dos programas em relação ao número de PPGs e de habitantes nas diferentes regiões geográficas do país

Região	Nº de PPG	PPG/Região (%)	Habitantes (milhões)	Hab/Km ²	Hab/PPG (milhões)
Sul	13	18,3	29. 016. 114	47,99	2,23
Sudeste	22	30,9	85. 115. 623	84,21	3,87
Centro-Oeste	8	11,3	15. 219. 608	8,97	1,90
Norte	7	9,9	17. 231. 027	4,38	2,46
Nordeste	21	29,6	56. 186. 190	32,00	2,67
Total	71	100	202.768.562	Média	2,63

Fonte: Censo IBGE, 2014

Dos atuais 71 programas de pós-graduação, 4 são de Mestrado Profissional, 32 de Mestrado Acadêmico e 35 de Mestrado e Doutorado (Tabela 3). De 2013 a 2016 o número de programas de pós-graduação cresceu 16,4%, o que corresponde a uma taxa anual de crescimento de 5,5%. A taxa reduzida de crescimento no número de programas nos últimos três anos é consequência do aprimoramento dos critérios de avaliação dos APCNs, evitando a recomendação/aprovação de propostas com baixa perspectiva de consolidação no curto prazo.

Tabela 3– Distribuição dos programas de pós-graduação em Zootecnia e Recursos Pesqueiros por modalidade e por região geográfica do país

REGIÃO	PROGRAMA/CURSO			TOTAL
	MP	ME	ME/DO	
Sul	---	4	9	13
Sudeste	3	6	13	22
Centro-Oeste	1	4	3	8
Nordeste	---	16	5	21
Norte	---	2	5	7
TOTAL	4	32	35	71

De 1962 a 2005 eram criados anualmente de 1 a 2 cursos de Mestrado e de Doutorado. De 2006 a 2013 houve aceleração muito grande na criação de novos cursos (32 programas em 2005 para 62 programas em 2013), passando para 4 a 5 programa/curso por ano, tendência que foi revertida a partir de 2014, quando se retornou à taxa inicial de crescimento do número de cursos de mestrado e de doutorado na área. Apesar do grande aumento no número de programas de pós-graduação nos últimos 10 anos, que em relação ao Mestrado Profissional correspondeu a dobrar o número de programas existentes (passou de 2 para 4 programas), o crescimento foi pequeno e pouco significativo para esta modalidade, pois inexistem programas de Mestrado Profissional na maioria das regiões geográficas do país. Embora a área reconheça que existe potencial para essa modalidade de mestrado, três regiões ainda não possuem oferta dessa modalidade. Constata-se que a demanda de APCNs é também pouco expressiva relativamente àquela de cursos na modalidade mestrado acadêmico.

Referente aos programas somente com curso de ME, a região Nordeste concentra 50% do total de 32 PPG, enquanto que a região Norte concentra 6,25%. Nas demais regiões (Sul= 12,50%; Sudeste= 18,75%; Centro-Oeste= 12,50%) a oferta é equilibrada.

Os Programas com curso de Doutorado (35) estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste (22), representando 62,9% do total. Considerando-se o número de ME existentes, a região Nordeste apresenta bom potencial para criação de cursos de doutorado. Portanto, a região deve investir fortemente na consolidação de programas com ME para justificar o pleito para criação de novos cursos de doutorado. Destaca-se, no entanto, que na região Nordeste há um programa de doutorado em associação (UFC, UFPB e UFRPE) considerado consolidado e com contribuição efetiva na formação de doutores para a região.

Com relação à nota atribuída aos programas na última trienal e aos APCNs aprovados nos Editais 2013 a 2015 (Tabela 4), fica evidente uma grande concentração (83,3%) dos programas nos estratos de notas 3 e 4, com somente 1 programa no estrato nota 7. O cenário atual é diferente daquele observado antes da Avaliação Trienal 2013, quando a área

apresentava distribuição mais equilibrada nos diferentes estratos de nota (3= 41,0%; 4= 32,8%; 5= 16,4%; 6= 4,9%; 7= 4,9%). A área atribui a concentração nas notas 3 e 4 não ao desempenho real dos programas, mas especialmente à criação de programas (que invariavelmente recebem nota 3 e 4). Outro fator relevante que contribuiu para este cenário foi o fato de alguns programas terem um percentual significativo de artigos publicados em um único periódico (Revista Brasileira de Zootecnia/Brazilian Journal of Animal Science) que teve o seu fator de impacto suspenso nos anos de 2012 e 2013, sendo retirado do Qualis na trienal 2013.

Tabela 4– Distribuição dos programas de pós-graduação por nota e percentual por estrato

NOTA	MP	ME	DO	ME/DO	TOTAL	%
3	3	24	---	3	30	42,5%
4	1	7	1	20	29	40,8%
5	---	---	---	6	6	8,5%
6	---	---	---	5	5	7,0%
7	---	---	---	1	1	1,4%
TOTAL	4	31	1	35	71	100

O número de titulados e o fluxo discente por modalidade de titulação (mestrado e doutorado; Tabela 5) para as diferentes regiões, gerados durante a “Avaliação de meio caminho (2013 e 2014)” revelaram evolução da área em relação ao quantitativo de titulados (660 DO e 1.894 ME), o que aponta para um número expressivo ao final do quadriênio. Merece destaque o número de doutores titulados no nordeste, região que ainda conta com pequeno número de cursos de doutorado. Esse fato evidencia a contribuição do Programa de Doutorado Integrado em Zootecnia (PDIZ) desenvolvido pelas Universidades: UFPB, UFPE e UFC.

Tabela 5– Número de titulados e fluxo discente por modalidade nas diferentes regiões para os anos de 2013 e 2014 (Fotografia de meio caminho)

REGIÃO	Doutorado		Mestrado: ME		Mestrado: MP	
	Titulados	Fluxo Discente	Titulados	Fluxo Discente	Titulados	Fluxo Discente
Norte	5	19,6	122	52,1		
Nordeste	147	17,8	509	46,5		
Centro-Oeste	15	8,24	204	42,5		
Sudeste	330	22,7	714	54,0	41	30,1
Sul	133	20,8	345	42,3		
TOTAL/Média	660	20,1	1.894	47,9	41	30,1

A produção intelectual em periódicos científicos referente ao biênio 2013-2014 (Avaliação de meio caminho) revela que a área apresentou evolução considerável em relação aos dados da Avaliação Trienal 2013. Merece destaque especial as publicações em estratos superiores do Qualis (A1+A2+B1), nos quais foram publicados 2.426 artigos (33,4% da publicação total). No entanto, ainda há um percentual significativo de artigos publicados em estratos inferiores (B4 e B5) (Tabela 6).

Tabela 6– Produção intelectual vinculada a periódicos no biênio 2013-2014, por estrato do Qualis

Qualis	Ano de 2013		Ano de 2014		MÉDIA
	Nº Artigos	%	Nº Artigos	%	
A1	264	8,60	2,79	7,25	7,93
A2	197	6,42	239	8,46	7,44
B1	771	25,11	676	20,50	22,81
B2	930	30,29	1.177	35,70	32,99
B3	481	15,67	486	14,74	15,21
B4	201	6,55	246	7,46	7,01
B5	226	7,36	194	5,88	6,62
TOTAL	3.070	100		100	100

O rápido crescimento horizontal da pós-graduação na área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros, no período de 2005 a 2013 (**crescimento de 93,7%**), contribuiu para a redução da assimetria numérica de programas de pós-graduação relativamente à densidade demográfica da população de habitantes e de estudantes universitários no país, mas resultou em assimetria qualitativa na distribuição dos programas segundo os estratos de notas da avaliação CAPES e na criação de programas que têm demonstrado grande dificuldade de consolidação e funcionamento. O fato é indicativo da necessidade de revisão da política de criação de novos cursos no sentido de referendar somente as propostas de reconhecido potencial e valor estratégico, coerentes com a melhoria qualitativa dos programas existentes e da área como um todo. Nesse sentido, a priorização de recursos para a criação de cursos de doutorado nos atuais cursos que possuem apenas mestrado seria uma forma de racionalizar a criação de novos cursos e, ao mesmo tempo, incentivar a consolidação e aprimoramento qualitativo dos “jovens” programas de mestrado. Por outro lado, os cursos de mestrado e de doutorado que vêm apresentando problemas de desempenho nos últimos três ciclos de avaliação deveriam ter suas atividades encerradas, como forma de favorecer o equilíbrio necessário e estabilização do número de programas de pós-graduação no país, privilegiando a qualidade do ensino e da formação de recursos humanos nos programas em funcionamento. Adicionalmente, o crescimento acelerado do número de programas na área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros (total de 71 atualmente existentes) gerou uma grande oferta de vagas em todo o território nacional, causando redução drástica e generalizada da demanda qualificada por vagas nos programas em seus processos seletivos. Esse é um problema potencial sério para a área, pois significa que o número de programas cresceu a um nível que passou a comprometer o poder de

seleção de novos alunos (reduzida relação número de candidatos inscritos/vaga), reduzindo a qualidade do aluno ingressante e trazendo para o sistema mais uma limitação adicional para o crescimento qualitativo dos programas de pós-graduação.

No entanto, apesar de algumas assimetrias qualitativas, os dados apresentados revelam que a área tem mostrado contínuo crescimento nesse sentido, conforme dados da avaliação de meio de caminho (biênio 2013-2014). A produção acadêmico-científica dos docentes e discentes envolvidos na pós-graduação tem crescido e melhorado em termos qualitativos, fato evidenciado pela qualidade das Teses e Dissertações produzidas nos programas, com reflexo direto no aumento das publicações nos estratos superiores do Qualis. Também o crescente número de titulados no ME e no DO (Tabela 5) revela grande contribuição da área para o agronegócio brasileiro. Nesse cenário entende-se que a área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros está em plena consonância com o objetivo da CAPES de “assegurar a existência de **pessoal especializado em quantidade e qualidade** suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951).

O estágio atual da área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros frente ao Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) é de consonância com as propostas e com o cenário proposto para a pós-graduação na próxima década. É afirmado no documento PNPG 2011-2020 que “*urge a expansão da pós-graduação nas ciências agrárias, com foco nas questões regionais*”. Nesse contexto, a área tem mostrado crescimento, especialmente na região Nordeste, e as comissões que avaliam os APCNs têm avaliado criteriosamente a proposição do perfil do pós-graduando a ser titulado. Também consta do PNPG 2011-2020 que “*A capacitação no exterior ainda deve ser intensificada, especialmente via sanduíche*”, ponto no qual a área tem mostrado avanços, especialmente os programas com nota 6 e 7. A avaliação dos programas tem evidenciado crescimento nas ações de internacionalização, o que tem resultado no aumento da inserção internacional de vários programas da área.

A inserção social: Este quesito é de grande importância para a área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros, função de sua implicação direta no agronegócio brasileiro. Isso pode ser constatado pelos aumentos significativos na produção e na produtividade dos rebanhos brasileiros, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Muitos programas têm mostrado estatísticas relativas ao destino/atuação dos egressos. Os dados têm revelado o crescimento da inserção de egressos dos programas em empresas do setor público e privado. Porém, contingente significativo é absorvido pelo sistema universitário, o que é explicado pelo aumento de IES e criação de cursos de graduação. Vários programas têm relatado crescimento nas ações de interação com a sociedade. Nesse contexto, uma maior participação de egressos do Mestrado Profissional (MP) seria de grande relevância. No entanto, o número de cursos na modalidade MP é ainda pouco expressivo na área (apenas 4 programas). Ações indutivas para aumento de APCNs nessa modalidade estão sendo realizadas, considerando a importância para a área e o contexto da recomendação exarada no PNPG 2011-2020 (Capítulo: **A Pós-Graduação no Brasil: onde Está e para onde Poderia ir**), onde se lê: “propõem a eliminação do Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional como única modalidade de formação final neste estágio”.

Diante do cenário atual de restrição de recursos para financiamento de pesquisas por órgãos públicos, é altamente recomendável que os programas sejam proativos e desenvolvam ações para aumentar a colaboração e parceria com o setor privado.

Assimetrias Regionais: Considerando o quantitativo de programas, a área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros ainda mostra assimetrias regionais, com número reduzido de programas nas regiões Norte e Centro Oeste. Já o número de programas em nível de mestrado e doutorado na região Nordeste é equivalente àquele das regiões Sul e Sudeste. Contudo, quando se analisa as assimetrias em função da distribuição demográfica da população de habitantes e de estudantes de ensino superior para as diferentes regiões geográficas do país (Tabela 2), as assimetrias são de pequena relevância, indicando que prioridade deveria ser dada nos quadriênios seguintes à consolidação e excelência dos programas existentes e não mais à criação de novos programas de pós-graduação. Ainda, programas mal avaliados e com notas baixas de forma consistente durante três períodos de avaliação consecutivos deveriam ter o ingresso de alunos suspensos e o encerramento de suas atividades após a titulação dos alunos matriculados. Nesse contexto, seria potencializado o investimento em excelência dos programas existentes e haveria possibilidade de aumento de cursos de doutorado nos programas somente com curso de mestrado já existentes, desde que excelência acadêmica e consolidação sejam comprovadas.

A área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros mostra ter ciência da importância de exercitar a interdisciplinaridade de acordo com o perfil de cada programa. Nesse contexto, destaca-se que devido ao grande número de Programas em Ciência Animal, localizados em regiões que contemplam diferentes biomas, as questões de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade são de grande relevância na Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros. Atualmente, a interdisciplinaridade tem sido reforçada por meio da maior atuação dos pós-graduados em Zootecnia em áreas antes menos expressivas para a Zootecnia como, por exemplo, a criação de animais de companhia - PET e Gestão Ambiental, dentre outras. Esse cenário confere à área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros uma exigência de ampla interdisciplinaridade/multidisciplinaridade. Nessa perspectiva, a área é, por natureza, multidisciplinar e interdisciplinar, uma vez que o seu campo de pesquisas e atuação contempla disciplinas de diferentes áreas do conhecimento (matemática, química, bioquímica, biologia, genética, economia, administração etc.).

A área está aberta a receber propostas multidisciplinares e incrementar seu caráter interdisciplinar, desde que o foco das linhas e projetos de pesquisa seja a formação de um profissional com o perfil previsto nos programas da área. **Destacamos que o Documento de Área disponibilizado aos interessados em submeter novos APCNs, contém orientações neste sentido.** É recomendado que: (1) As propostas sejam inovadoras, relevantes do ponto de vista científico e tecnológico, contribuindo para o crescimento da área; (2) O perfil do profissional a ser formado seja bem especificado, caracterizando as suas habilidades e competências; (3) O perfil do egresso da Zootecnia seja descrito como o profissional que atua em atividades relativas ao agronegócio, animais silvestres, animais de companhia, de esporte e lazer, tanto em âmbito público como privado, em fazendas e granjas; em estabelecimentos agroindustriais; em indústrias de rações, fármacos, produtos biológicos e outros insumos para animais; em instituições de ensino e centros de pesquisa; em empresas de consultoria agropecuária; em comercialização de insumos e produtos agropecuários.

Considerando as áreas de competência do Zootecnista, é natural que ocorra interface com áreas do conhecimento da Agronomia, da Medicina Veterinária e da Biologia, dentre outras. No entanto, no contexto da formação de profissionais em nível de pós-graduação com atuação na Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros, a interdisciplinaridade/multidisciplinaridade ganha maior dimensão. O fato é evidenciado pela diversificação de profissionais (Biólogos, Agrônomos,

Veterinários, Geógrafos, Estatísticos, Oceanógrafo, Ciência da Computação etc.) que buscam os cursos de Pós-Graduação na área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros. Em muitos programas essa situação tem exigido um processo de integração recíproca entre várias disciplinas e campos de conhecimento por conta da natureza da proposta do Programa ou mesmo do perfil proposto para o egresso.

A inserção/incidência dos Programas da Área de Zootecnia e Recursos Pesqueiros no Ensino Fundamental é inexpressiva. Nos relatórios dos programas não se constata ações nesse sentido. Já no Ensino Médio, a inserção corresponde à atuação dos alunos dos Programas de Pós-Graduação por meio de estágios docência em escolas Politécnicas e Colégios Agrícolas; Inserção social dos PPGs em atividades nas escolas de nível médio; PRONATEC Escola Agrícola; PIBIC Júnior; Incentivo a Editais para bolsas Junior de Fundações Estaduais; Ações decorrentes de políticas institucionais como, por exemplo, as chamadas “Mostra de Profissões”. Destaca-se também a demanda de estágios de alunos de cursos técnicos nas universidades, interagindo com alunos de graduação e de pós-graduação.

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

Sistema de Avaliação da Pós-Graduação: Em 2013 o Conselho Superior da CAPES decidiu pela alteração do período avaliativo passando de três para quatro anos, e valendo para o conjunto de todos os PPGs. O principal argumento para a alteração na periodicidade de avaliação foi de que as duas últimas trienais, concreta e pragmaticamente, já foram avaliações realizadas segundo intervalos de 3,5 a 4 anos. A trienal que considerou os dados dos anos 2007-2008-2009 foi feita julho-setembro de 2010, e a que considerou os dados dos anos 2010-2011-2012 ocorreu entre outubro-dezembro de 2013.

Entende-se que a Área de Zootecnia e Recursos Pesqueiros está em consonância com os princípios e recomendações elencadas pela CAPES para a avaliação dos programas de pós-graduação. O documento de área, bem como orientações para submissão de APCNs, tem sido redigido prevendo a melhoria dos critérios de avaliação, procurando equacionar as distorções eventualmente detectadas em avaliações anteriores. Questão relevante é no sentido de estimular os PPGs/IES a cumprirem os prazos estabelecidos pela CAPES para coleta e envio dos dados para avaliação. Recomenda-se que sejam adotadas ações sistemáticas de alimentação contínua da Plataforma Sucupira, de modo que os prazos estipulados para envio dos dados não sejam comprometidos, com prejuízo à avaliação do PPG. Fato continuamente relatado pelos Coordenadores de Programas é a falta de comprometimento de docentes na atualização e qualidade dos dados informados na Plataforma Lattes, o que compromete as informações dos PPGs. Nesse sentido, recomenda-se a cobrança sistemática pela Coordenação do PPG, no sentido de que o corpo docente incorpore essa responsabilidade como de extrema relevância para a avaliação do programa a que pertence.

As principais questões advindas do seminário de meio caminho foram sempre relativas ao Qualis. Esse aspecto revela que os PPGs consideram o Qualis como o principal elemento na avaliação dos programas, dando menor importância aos demais itens dentro de cada quesito. No sentido de alterar esse comportamento, a Coordenação de área enviou a todos os

coordenadores os artigos: “**Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis**” (Barata, R.C.B., 2016) e o artigo “**Qualis: implicações para a avaliação de programas de pós-graduação das diferentes áreas do conhecimento – uma análise preliminar**” (Rodacki, A.L.F., 2016) com intuito de que haja melhor compreensão da função do Qualis como ferramenta de avaliação da produção científica qualificada dos PPGs.

III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	<p>O conjunto de atividades deverá atender à(s) área(s) de concentração proposta(s), as linhas de pesquisa e os projetos em andamento.</p> <p>A(s) área(s) de concentração visa(m) apontar, de maneira clara, a área de conhecimento do programa, os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual e na formação de seus mestres e/ou doutores. Avalia-se a atualidade da(s) área(s) de concentração e sua relevância.</p> <p>As linhas de pesquisa devem expressar a especificidade de produção de conhecimento da respectiva área de concentração e, representar um recorte específico e bem delimitado da área de concentração.</p> <p>Os projetos desenvolvidos devem guardar coerência com as linhas de pesquisa.</p> <p>A matriz curricular deve apresentar um núcleo de disciplinas ou seminários de tratamento metodológico relacionado às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários com conteúdos relacionados às linhas de pesquisa. As ementas – síntese dos conteúdos temáticos a serem trabalhados em cada disciplina – devem indicar focos teóricos previstos e o estado da arte nos temas abordados. A bibliografia indicada nos programas das disciplinas deve ser atualizada e representar uma listagem básica de referências, contendo livros</p>

		<p>clássicos e textos científicos de artigos publicados em periódicos acadêmicos de bom nível, que representem o estado da arte no tema, conforme o nível do curso.</p> <p>A cada quadriênio o Programa deverá informar as modificações ocorridas no período.</p>
<p>1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.</p>	40%	<p>O Programa deve relatar:</p> <p>a) elementos que evidenciem sua relevância e impacto regional, nacional ou internacional na formação de mestres e doutores; e b) os resultados dos convênios de cooperação tecnológica ou científica de âmbito nacional e internacional, para os cursos de mestrado e de doutorado.</p> <p>O Programa deve indicar em seu relatório:</p> <p>a) sua estratégia de prospecção de alunos; b) o processo de seleção de alunos, com os requisitos de entrada, periodicidade de ingresso (semestral, anual, bianual, entre outras) e o número previsto de ingressantes por período.</p> <p>A existência de critérios e procedimentos para credenciamento e credenciamento de orientadores de mestrado e de doutorado são importantes sinalizadores de qualidade.</p> <p>O Programa de Pós-Graduação deve manter um plano de atualização acadêmica dos docentes do corpo permanente e a renovação (p.e. substituição de aposentados) desse corpo docente</p>
<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, quando pertinente, extensão.</p>	20%	<p>O relatório do PPG deve evidenciar que a IES proponente do curso disponibiliza recursos – salas de aula, espaço para professores, alunos, grupos de pesquisa, laboratórios, áreas experimentais, biblioteca, coordenação do PPG, secretaria, acesso às bases de periódicos e de dados, entre outros itens - necessários ao adequado funcionamento do PPG/curso.</p>
2 – Corpo Docente	20%	

<p>2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>O corpo docente permanente deve ser capaz de sustentar adequadamente a(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa do programa. Analisa-se a compatibilidade do corpo docente em relação às áreas de concentração e perfil do egresso, visando a identificação de eventuais fragilidades e/ou dependência de membros externos. Avalia-se a especialidade e adequação do núcleo docente permanente (<i>NDP</i>) em relação à proposta do programa. Para tanto, verifica-se em que medida o perfil desse núcleo é compatível com a proposta do PPG.</p> <p>Verifica-se a diversidade de formação dos docentes, quanto a ambientes e instituições de treinamento, valorizando-se indicadores de atualização da formação e de intercâmbio com outras instituições. É recomendável que o <i>NDP</i> de um programa seja egresso de diferentes PPGs, apresentando relativa diversidade na formação acadêmica.</p> <p>Serão verificadas a experiência profissional, projeção nacional e internacional, natureza da produção intelectual, participação em comissões especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na área.</p>
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p>	<p>25%</p>	<p>O corpo docente deverá ser constituído exclusivamente de docentes portadores de título de doutor, com produção intelectual pertinente à(s) área(s) de concentração e às linhas de pesquisa do programa e adequada em termos de quantidade e qualidade.</p> <p>O programa deverá apresentar no mínimo 10 Docentes Permanentes para curso de mestrado e 12 DPs para curso de Doutorado, condição necessária para garantir o adequado funcionamento das atividades.</p> <p>A legislação vigente da Capes define a composição do corpo docente para os Programas de Pós-Graduação. Na Portaria que normatiza a matéria, é definida a atuação dos docentes no curso/programa estabelecendo o número de programas nos quais um docente pode participar como permanente. Adicionalmente, fixa diretrizes</p>

	<p>para que cada área defina o percentual de docentes atuando em regime de dedicação integral à instituição e em regime parcial. Na área de Zootecnia e Recursos Pesqueiros esses percentuais estão assim definidos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Mínimo de 20 horas dedicadas ao curso/programa pelos docentes permanentes com dedicação integral à IES que abriga o programa.• 60% dos docentes permanentes devem ter dedicação integral à IES que abriga o programa.• O corpo docente total, que é a soma dos docentes permanentes e colaboradores, deve ter no mínimo 70% de docentes permanentes. <p>O núcleo de docentes permanentes deve ser composto por professores que demonstram capacidade de conduzir as principais atividades do curso/programa sem dependência da participação de docentes colaboradores e visitantes. Docentes visitantes e colaboradores, caso existam, devem agregar qualidade à proposta.</p> <p>Os procedimentos relativos ao credenciamento e renovação de credenciamento de docentes devem estar descritos na proposta do Programa e declarados em seu regimento.</p> <p>Quanto à oscilação do corpo docente permanente, o PPG deve atentar para a legislação vigente da CAPES. O corpo docente permanente do programa será objeto de acompanhamento e de avaliação sistemática pelas coordenações e comissões de avaliação de área e pela Diretoria de Avaliação. Dessa maneira, a proposta do programa deve esclarecer as razões para as oscilações ocorridas na composição de seu NDP durante o ciclo de avaliação.</p> <p>O item será avaliado considerando a média da proporção de docentes permanentes mantida no NDP a cada ano do quadriênio.</p> <p>A proporção do NDP deverá seguir os parâmetros definidos pela área e definições do CTC-ES. Sendo, mínimo de 70% de docentes permanentes e máximo de 30% dos</p>
--	---

		docentes permanentes em condições especiais (PRODOC, aposentados e conveniados).
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	40%	Atentar para o equilíbrio na participação dos docentes permanentes em disciplinas e orientação na Pós-Graduação. Serão avaliados a participação docente, formas e impacto da atuação dos docentes permanentes (DP) em projetos de pesquisa, atuação dos DP como bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq ou equivalente, na obtenção ou captação de financiamentos (públicos ou privados) e participação em programas ou projetos especiais.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	15%	Verificar a participação dos docentes nas atividades de ensino e orientação na graduação (orientação de IC, monografia, tutoria e estágios formais). Verificar as implicações positivas dessa participação na formação de futuros ingressantes na PG. O PPG deve ter no mínimo de 80% dos docentes permanentes atuando nas atividades de ensino e orientação na Graduação.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	30%	Será avaliada a quantidade de teses e dissertações concluídas em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente, verificando se a proporção é adequada e se as Teses e Dissertações concluídas indicam atuação efetiva do corpo docente na orientação. É altamente desejável que a conversão de trabalhos de Teses/Dissertações em trabalhos publicados seja um procedimento regular no programa, se possível como uma exigência do regimento interno de cursos de Doutorado. Os programas devem estimular a participação de discentes em estágios de intercâmbio científico, doutorado sanduíche, e

		<p>congressos. A diversidade de origem do corpo discente é um indicador saudável para o programa, pois reflete sua visibilidade regional e nacional. O tema das dissertações e teses deve ser correlacionado com o foco da área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros.</p>
<p>3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.</p>	<p>15%</p>	<p>Será avaliado se todo discente tem orientador e se todos os docentes permanentes orientaram no quadriênio.</p> <p>Todos os docentes permanentes devem orientar pelo menos um aluno no quadriênio. A distribuição discente/docente deve ser equilibrada dentre os docentes, apresentando a relação discente/docente adequada. Os valores referência para a relação aluno/orientador na área de Zootecnia e Recursos Pesqueiros deve preferencialmente estar entre 2 e 10 alunos/orientador, VALOR ESTE ABSOLUTO POR DP E NÃO MÉDIA DO PROGRAMA. Este valor é referente ao número total de alunos por orientador considerados TODOS os PPGs onde o orientador atua.</p> <p>Nos casos em que este limite superior seja ultrapassado deverão ser observados os seguintes critérios de excelência: o orientador deverá atender aos tempos médios previstos para a conclusão de orientações de Mestrado e Doutorado sob sua orientação; deverá ter produção científica em termos de artigos científicos nos estratos A1, A2 e B1 compatíveis com os critérios de excelência da Zootecnia/Recursos Pesqueiros; deverá ser pesquisador do CNPq; deverá comprovar sua capacidade de captar recursos compatíveis com o número de orientações.</p>
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p>	<p>45%</p>	<p>As teses e dissertações devem estar vinculadas às atividades e perfil do programa. Vinculação dos trabalhos de conclusão (Teses e Dissertações) com as publicações do programa. A porcentagem de participação discente nas publicações é parâmetro fundamental na avaliação. A disponibilização das Teses e Dissertações na Internet, conforme a Portaria nº 13/2006 da Capes, não é considerada publicação, nos termos</p>

		<p>deste item.</p> <p>A banca examinadora deve conter, no mínimo, um membro externo ao Programa no caso de Mestrado, e dois membros externos ao Programa no caso de Doutorado.</p> <p>A participação de egressos do programa como membros de bancas examinadoras deve estar pautada na produção científica e experiência acadêmica compatível com o assunto da dissertação ou tese.</p> <p>Será analisada a participação de discentes-autores, quanto ao número de artigos publicados e a proporção de discentes autores em relação ao total de discentes do programa. Será avaliado a participação dos alunos de graduação, bolsistas de IC, por meio das publicações (Qualis, Resumos e Artigos completos em Anais de Congressos etc.).</p> <p>Também será considerada a porcentagem de discentes com bolsa sanduíche (PDE) no quadriênio.</p>
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	Este item será avaliado pelo tempo médio de formação de Mestres e Doutores, observando-se a mediana do tempo de titulação da Área Zootecnia/Recursos Pesqueiros para Mestrado e Doutorado.
4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	55%	<p>A produção intelectual, referente a artigos em periódicos, será avaliada tendo por base o Qualis da área. A área recomenda que a produção de docentes permanentes que participam em mais de um Programa seja discriminada pelos coordenadores, levando em consideração o tipo de colaboração da qual resultou a referida produção.</p> <p>O lançamento de produção sem vínculo efetivo (projetos em cooperação, orientação ou sem vinculação temática) será glosado da produção do programa.</p> <p>As publicações qualificadas serão avaliadas pelo número de artigos publicados pelo corpo docente permanente relativamente ao DP por ano.</p> <p>Avaliação quantitativa: número de artigos equivalentes A1 publicados pelo corpo</p>

		<p>docente permanente, por DP por ano, no Qualis da área, segundo:</p> $EqA1 = [(A1 * 1) + (A2 * 0,85) + (B1 * 0,70) + (B2 * 0,55) + (B3 * 0,40) + (B4 * 0,25) + (B5 * 0,10)] / DP / ano$ <p>Avaliação qualitativa: O número médio de artigos (NA) publicados pelo corpo docente permanente em periódicos A1, A2 e B1 do Qualis da Área será avaliado como qualidade de publicações, segundo:</p> $NA = [(A1 * 1) + (A2 * 0,85) + (B1 * 0,70)] / DP / ano$
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	<p>Será verificada a distribuição das publicações do Qualis entre os docentes permanentes. É recomendável que todo docente permanente publique e que a produção seja equilibrada entre os docentes, áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.</p>
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	15%	<p>As produções informadas nesse item serão consideradas na avaliação do Quesito Inserção Social dos programas.</p> <p>Serão verificadas as produções relevantes (produção técnica, processos, cultivares, linhagens, patentes, produtos etc.) compatíveis com o perfil do programa e do seu corpo docente permanente.</p> <p>Será verificada a produção referente a livros e capítulos de livros de editoras reconhecidas, e também informações referentes a patentes, produtos e inovações.</p>
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	60%	<p>Será analisada a atuação do programa no contexto regional e nacional, considerando o impacto científico, tecnológico, econômico, educacional e envolvimento em ações de integração social e de solidariedade. A inserção e o impacto regional e/ou nacional do programa devem ser destacados na forma de integração e cooperação com outros centros de ensino e pesquisa, relacionados às áreas de conhecimento do programa, visando o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação. No aspecto nucleação, os programas devem relatar o envolvimento de seus docentes e discentes na formação e consolidação de novos núcleos de pós-</p>

		<p>graduação.</p> <p>Desenvolvimento Tecnológico</p> <p>Serão avaliadas as informações referentes a novas técnicas, produtos e processos desenvolvidos pelo Programa.</p> <p>Impacto Regional</p> <p>Ações de extensão do Programa com efetivo envolvimento do corpo docente e discente.</p> <p>Impacto Educacional</p> <p>Produção de materiais técnicos e didáticos, bem como atividades de formação de recursos humanos em cursos de <i>Lato sensu</i>/aperfeiçoamento.</p> <p>Atuação Acadêmica destacada</p> <p>Serão avaliados prêmios recebidos pelo corpo docente e discente do Programa; participações do corpo docente em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPs, Conselhos governamentais etc.) como: (a) editores de periódicos Qualis da Área; (b) consultores <i>ad hoc</i> de periódicos; (c) organizadores, palestrantes, chairman, debatedores, etc, de eventos nacionais; (d) representantes de sociedades científicas.</p> <p>Cooperação com o Setor Público e Privado</p> <p>Participação dos docentes permanentes do Programa em parecerias de pesquisa, desenvolvimento e inovação.</p> <p>Nucleação</p> <p>Será avaliada a participação de egressos do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação, baseando-se principalmente na capacidade de nucleação, ou seja, na porcentagem de egressos contratados em instituições de ensino e/ou pesquisa e vinculados a programas de pós-graduação como docentes e orientadores</p>
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e	25%	Será avaliada a participação em programas de cooperação e intercâmbios sistemáticos

<p>desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.</p>		<p>(nacionais e/ou internacionais); participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação (atuação de professores visitantes; participação em programas como “Casadinho”, PROCAD, PQI, Dinter/Minter, CAPES/COFECUB ou similares). Também será avaliada a parceria com empresas.</p>
<p>5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.</p>	<p style="text-align: center;">15%</p>	<p>Divulgação de forma atualizada dos dados internos do Programa, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e privadas; e também de teses e dissertações (salvo em casos de sigilo, com justificativa). Normalmente na forma de web.</p> <p>Visibilidade nacional/internacional:</p> <p>Participações em comitês, diretorias, sociedades e programas internacionais; colaborações internacionais (docência, consultorias, editoria, visitas); assessoria <i>ad hoc</i> em revistas científicas nacionais e internacionais; participação em intercâmbios e convênios de cooperação caracterizados por reciprocidade; cooperação e fomento de instituições internacionais (cooperação formal e financiamentos do exterior) com intercâmbio de alunos e de docentes; participação discente em atividades e em publicações no exterior; realização, organização e participação em eventos internacionais qualificados; produção científica destacada no cenário internacional (será avaliado o veículo e a proporção da produção internacional); Presença de docentes, pós-doutores ou discentes estrangeiros no programa; presença de bolsistas doutores ou em treinamento sabático no programa; prêmios, reconhecimento ou destaque de nível internacional;</p> <p>Obs.: A visibilidade internacional tem grande relevância no estabelecimento de notas 6 e 7.</p>

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	20%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	10%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área.
1.5. Articulação do Programa de Mestrado Profissional com cursos acadêmicos de pós-graduação na mesma instituição.	20%	Examinar a articulação entre o Programa de Mestrado Profissional com os demais cursos acadêmicos que integram o Programa de Pós-Graduação, verificando a participação de docentes dos cursos acadêmicos no MP. Esse item não se aplica a Curso com edição única ou a Cursos de Mestrado Profissional em instituições que não contam com cursos de Mestrado ou Doutorado na área em que está sendo oferecido o curso de Mestrado Profissional.
2 – Corpo Docente		
20%		
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou	60%	- Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e

profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.		técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação; - Examinar se o Corpo Docente atua em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D&I) nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	20%	- Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. - Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando que o Mestrado Profissional deverá comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20%	- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e orientação no Programa entre os Docentes Permanentes.
3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	30%	- Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de alunos matriculados no período.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40%	- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	30%	- Examinar a aplicabilidade de trabalhos de Mestrado desenvolvidos junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
4 – Produção Intelectual	30%	

4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	30%	- Examinar o número total de publicações do programa no quadriênio.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	30%	- Examinar o número total da produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras: -Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). Artigos publicados em periódicos técnicos. Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor. Elaboração de protocolos, normas ou programas. Consultoria ou assessoria técnica. Produtos técnicos. Protótipos. Patentes. Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da Área.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
5 – Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa na Sociedade.	40%	- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil. - Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social,

	<p>educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal etc.), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou para a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da Área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>h) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica,</p>
--	---

		<p>em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p> <p>i) Outros impactos considerados pertinentes pela Área: Poderão ser incluídas outras dimensões de impacto consideradas relevantes e pertinentes, respeitando suas especificidades e dinamismos, e que não foram contempladas na lista acima.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20%	-Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	<p>-Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região;</p> <p>-Examinar a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos;</p> <p>- Examinar a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.</p>
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	20%	- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, a qual poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do

		<p>conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.</p> <p>- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º da Portaria CAPES nº 13/2006).</p>
--	--	---

IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

A internacionalização pode ser conceituada como um conjunto de ações planejadas que visam à melhoria do ensino e da pesquisa por meio de reciprocidades no processo de construção do conhecimento e de formação de recursos humanos. Essas ações decorrem da mobilidade de docentes e discentes, parcerias e trocas de experiência, publicação em colaboração, entre outras. Esta se diferencia da **inserção internacional** como resultado desse processo e como reflexo da qualidade científica e do reconhecimento internacional do programa. Ou seja, a internacionalização pode ser definida em dois níveis: as ações que visam à internacionalização e a inserção internacional. O **reconhecimento internacional** surge como consequência da qualidade na formação de recursos humanos.

O cenário da internacionalização na área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros é de crescimento em relação ao observado na Avaliação Trienal de 2013. No entanto, algumas ações planejadas para o quadriênio em curso foram prejudicadas em razão de cortes/dificuldades de recursos financeiros por agências de fomento (CAPES, CNPq, Fundações Estaduais).

Outro ponto deficiente na área é a qualidade das informações na página web dos PPGs, que na sua maioria não contemplam informações para facilitar a internacionalização. A maioria das páginas dos PPGs está ainda apresentada somente em português. Ações no sentido de incentivar os PPGs a buscar apoio institucional devem ser implementadas para que, especialmente, mas não só os PPGs nota 6 e 7, tenham suas páginas na web também em espanhol e inglês.

Cabe destacar que a dimensão da inserção internacional resulta da qualidade científica e no conjunto dos indivíduos que formam o programa (docentes, discentes, servidores). No geral, os PPGs consideram como aspecto básico da internacionalização a qualidade dos periódicos utilizados para a divulgação dos resultados das pesquisas e o reconhecimento pelos pares, que é evidenciado pelas citações. Porém, além das publicações, a qualificação internacional pode ser aferida também pela participação de docentes dos PPGs na arbitragem de artigos e editoria de periódicos qualificados, na participação por convite para apresentar, organizar, coordenar ou presidir eventos científicos relevantes na Área, participar de bancas e Comitês de Avaliação, obtenção de financiamento de origem internacional, projetos conjuntos e cotutela de Teses, entre outros.

É de grande relevância o entendimento de que **internacionalização** significa gerar e manter no programa um "**ambiente internacional**" no sentido amplo da expressão. Os PPGs devem primar por ações contínuas, estruturadas, baseadas em planos de ação definidos em diferentes níveis de hierarquia como PPG, Departamento, Faculdade e Universidade. As ações planejadas devem ser focadas nos objetivos e finalidades, tendo como contexto a realidade nacional. As ações que objetivam a internacionalização podem ser identificadas na mobilidade de docentes e discentes e no oferecimento de disciplinas e cursos ministrados por convidados estrangeiros. Também as ações de melhoria da qualidade da escrita e da comunicação em Inglês Científico devem ser objeto da atenção dos PPGs da Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros. Nesse contexto, os PPGs devem investir em ações para oferecer disciplinas na língua inglesa, colocando o pós-graduando em cenário internacional.

É notório que o processo de internacionalização é importante quesito avaliativo dos PPGs, sobretudo aqueles elegíveis para as notas 6 e 7. Nesse sentido, não há como desvincular a visibilidade do PPG por meio de tradução de suas páginas web em diferentes idiomas de outras iniciativas igualmente importantes para consolidação internacional de suas atividades. A indicação de notas 6 e 7 será reservada para os programas classificados como nota "5" na primeira etapa de realização da avaliação quadrienal, e que atendam necessária e obrigatoriamente duas condições: i) apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área, ii) tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas da área.

Nesse contexto, os PPGs elegíveis para nota 6 ou 7 devem apresentar nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos. Para essa avaliação serão considerados os seguintes indicadores:

Participação e Mobilidade Internacional: Participações em comitês, diretorias, sociedades e programas internacionais; Colaborações internacionais (projetos, docência, consultorias, editoria, visitas); Participação em intercâmbios e convênios de cooperação caracterizados por reciprocidade; Cooperação e fomento de instituições internacionais (cooperação formal e financiamentos do exterior) com intercâmbio de alunos e de docentes; Assessorias *ad hoc* em revistas científicas de circulação internacional; Assessorias a agências de fomento internacionais; Participação discente em atividades e em publicações no exterior; Realização, organização e participação em eventos internacionais qualificados; Produção científica destacada no cenário internacional (será avaliado o veículo e a proporção da produção internacional); Presença de docentes ou discentes estrangeiros no programa; Presença de bolsistas doutores ou em treinamento sabático no programa; Prêmios, reconhecimento ou destaque de nível internacional.

Produção intelectual qualificada: Alta produção científica vinculada em periódicos nos estratos superiores do Qualis (B1; A2; A1), em particular um percentual considerável nos estratos A2 e A1, considerando o total das publicações do PPG.

Consolidação e liderança nacional: Será avaliada com base na contribuição do PPG como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação, baseando-se principalmente na capacidade de nucleação, ou seja, egressos contratados em instituições de ensino e/ou pesquisa e vinculados a programas de pós-graduação como docentes e orientadores; Proporção de docentes do NDP com bolsa PQ do CNPq, ou equivalente; Integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação. Será

examinado também a contribuição do PPG na formação de recursos humanos para o setor produtivo, avaliado por meio das informações referente à atuação dos egressos no setor público e privado.

Visibilidade do PPG: A visibilidade do PPG será feita considerando a qualidade das informações contidas na página web, incluindo a apresentação em idiomas que permitam acesso de estrangeiros com facilidade. Disponibilidade de informações relevantes que comprovem a eficiência do PPG nas ações de inserção social.

Outros Indicadores: A avaliação visa identificar um conjunto de atividades que evidenciem a maturidade e a qualidade das atividades dos PPGs de excelência: convênios baseados em reciprocidade e na forma de redes de pesquisa; intercâmbio que envolva financiamento recíproco entre os parceiros; financiamento internacional; participação em bancas no exterior; produção intelectual em cooperação com pesquisadores estrangeiros; participação de docentes em editoria internacional e arbitragem de artigos em periódicos qualificados; participação em editais internacionais; intensidade da mobilidade internacional de Docentes e Discentes, tanto no envio quanto no recebimento; estímulo a doutorado sanduíche com produção vinculada a temas internacionais; cotutela; dupla titulação com PPGs de referência no exterior; participação de docentes permanentes em comitês de organização de eventos internacionais e em organizações internacionais; participação internacional de docentes permanentes como professores visitantes; prêmios e reconhecimento de nível internacional; conferências e palestras no exterior; cursos ofertados no Brasil por docentes/pesquisadores estrangeiros e em língua inglesa, entre outros.

As **notas 6 e 7 serão** reservadas **exclusivamente** para os programas com doutorado que obtiveram **nota final 5 e conceitos MB** em **todos os quesitos da ficha de avaliação** e que atendam, **necessariamente**, às seguintes condições:

- Desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área;
- Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área;
- Solidariedade;
- Nucleação;

Nota 6: predomínio de conceito MB nos itens de **todos os quesitos da ficha** de avaliação, mesmo com eventual conceito B em alguns itens.

Nota 7: Conceito MB em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação.

V. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

Portaria CAPES nº 81, de 3 de Junho de 2016. Define as categorias de docentes que compõem os Programas de Pós-Graduação (PPG's) stricto sensu. DOU – seção 1. Nº 106, segunda-feira, 6 de junho de 2016.

Portaria CAPES nº 50, de 22 de abril de 2015. Tornar sem efeito o Artigo 5º da Portaria CAPES nº 174, de 30 de dezembro de 2014. Nº 79, terça-feira, 28 de abril de 2015.



Portaria CAPES nº 013-, de 15 de fevereiro de 2006. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos.

Plano Nacional de Pós-Graduação- PNPG 2011-2020/ Coordenação de Pessoal de Nível Superior- Brasília, DF: CAPES, 2010, 608 p.

Barata, R.C.B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **RBPG**, Brasília, v. 13, n. 1, janeiro/abril 2016.

Rodacki, A.L.F. Qualis: implicações para a avaliação de programas de pós-graduação das diferentes áreas do conhecimento – uma análise preliminar. **RBPG**, Brasília, v. 13, n. 1, janeiro/abril 2016.